

'Post' não quer confronto

O jornal norte-americano Washington Post dedicou seu principal editorial de ontem ao problema da dívida externa e da moratória brasileiras. Com o título — "Os bancos devem rebatizar a dívida brasileira?", o jornal analisa a possibilidade de o País ser reclassificado, segundo as leis norte-americanas, na categoria de "mau pagador" com os consequentes cortes dos créditos bancários, possível confisco de cargas brasileiras no Exterior e vultosos prejuízos para ambos os lados. Apesar do evidente malefício dessa decisão, o Post destaca que a legislação do sistema bancário dos Estados Unidos não pode simplesmente ignorar a recusa brasileira em pagar sua dívida e, portanto, dar a impressão que o rompimento de um acordo dessa natureza não trará nenhuma consequência aos infratores. Na sequência, reproduzimos, na íntegra, o texto do editorial:

"Com os problemas das bolsas de valores, o dilema da dívida brasileira torna-se mais difícil. Já faz oito meses que o Brasil suspendeu o pagamento de sua dívida com os bancos privados cujo total já ultrapassa os US\$ 70 bilhões. Aproximadamente um terço desse total é devido aos bancos norte-americanos e, de acordo com nossas leis, as autoridades têm de decidir se determinam aos bancos o rebatizamento do status da dívida.

A reclassificação de uma dívida reduz o capital líquido de um banco. A maior parte dos credores do Brasil aumentaram suas reservas em dólar contra essa possibilidade na última primavera e, até a semana passada, poderiam rebatizar 10% da dívida sem maiores preocupações. Mas, com toda a estrutura financeira sob tensão, qualquer coisa que limite a liquidez e a capacidade do sistema bancário de continuar emprestando normalmente, passou a requerer uma con-

sideração mais cuidadosa. Também há o risco de, à medida que se inicie a reclassificação, algum banco credor tentar recuperar suas perdas confiscando propriedade brasileira, como a carga de um navio ou, talvez, um avião. Nas condições atuais, entretanto, qualquer rompimento comercial seria prejudicial.

A legislação norte-americana, entretanto, não pode simplesmente ignorar a recusa do Brasil em pagar. Não pode dar a impressão, tanto para os devedores como para os bancos, que o rompimento de um acordo não traz graves consequências.

O Brasil quer concessões para sua dívida, mas não admite as condições impostas pelos países credores, como a reforma econômica. O governo brasileiro, infelizmente, parece ver este tipo de condição como um desrespeito à sua soberania e um assalto a seu orgulho nacional. O presidente José Sarney tem realizado uma administração fantásticamente ineficiente e sua autoridade está definhando. Enquanto isso, o Congresso brasileiro passa pelo processo de escrever uma nova Constituição e não está claro quanto durará o atual mandato presidencial, ou se o País continuará a ter um governo presidencialista. No meio de toda esta confusão, é difícil para o Brasil estabelecer as diretrizes numa questão tão carregada de emocionalismo quanto a da dívida externa com os bancos.

No momento, as autoridades monetárias norte-americanas estão tentando criar uma solução temporária na qual todos deem um pouco: os bancos, o Brasil e até mesmo a legislação em vigor, a fim de empurrar o problema com a barriga, por um tempo, sem colisões ou rebatimentos. Isto, entretanto, não resolverá nada. Porém, nas circunstâncias atuais, talvez seja a melhor opção a ser trabalhada.